



Aluno (a): _____ n.º: _____

Professor (a): _____ Data: ___/___/___ Turma: _____

Ciência

O Conhecimento

André Comte-Sponville

Os olhos não podem conhecer a natureza das coisas (Lucrecio)

Conhecer é pensar o que é. O conhecimento é certa relação – de conformidade, de semelhança, de adequação – entre o espírito e o mundo, entre sujeito e objeto. Assim conhecemos nossos amigos, nosso bairro, nossa casa.

Este *aproximadamente* é o que distingue o conhecimento da verdade. Pois sobre nossos amigos, podemos nos equivocar. Sobre nosso bairro, nunca sabemos tudo. Inclusive sobre nossa própria casa, podemos ignorar muitas coisas. Quem pode jurar que ela não foi invadida por cupins? Ou que, pelo contrário, não está construída sobre um tesouro escondido? Não há conhecimento absoluto, conhecimento perfeito, conhecimento infinito. Você conhece o seu bairro? Naturalmente! Mas para conhecê-lo na sua totalidade, você teria de poder descrever todas e cada uma das ruas que nele existem, todos os edifícios de cada rua, todos os cantos e recantos de cada casa ou apartamento, todas e cada partícula de poeira, todos e cada um dos átomos de cada objeto lá encontrado... Como você poderia fazer isso? Você precisaria de uma ciência absoluta e de uma inteligência infinita; nem uma nem outra está ao nosso alcance.

Isso não quer dizer que nada conhecemos. Se fôssemos incapazes de conhecer alguma coisa, como saberíamos o que é conhecer e o que é ignorar? (...)

Tais indagações filosóficas pressupõem uma verdade pelo menos possível. Se esta fosse totalmente impossível, como poderíamos raciocinar? E para que a filosofia? Para que a ciência? [Para que a educação sistemática?]

A verdade é o que é (veritas essendi: **verdade do ser**), ou aquilo que corresponde exatamente ao que é (veritas cognoscendi: **verdade do conhecimento**). Por isso nenhum conhecimento é a verdade: jamais conhecemos absolutamente o que existe, nem tudo o que existe. Só podemos conhecer por meio de nossos sentidos, de nossa razão, de nossas teorias. (...) O mais profundo (ou oculto) de nossos pensamentos tem a **marca de nosso corpo, de nosso espírito, de nossa cultura**. Toda idéia dentro de nós

é humana, subjetiva, limitada; por isso não pode guardar correspondência absoluta com a inesgotável **complexidade** do real.

(...) Não temos nenhum acesso direto à verdade (só podemos conhecê-la por meio de nossa sensibilidade, de nossa razão, de nossos instrumentos de observação e medida, de nossos conceitos, de nossas teorias...), nenhum contato absoluto com o absoluto, nenhum acesso infinito ao infinito. Como poderíamos conhecê-los totalmente? ***Estamos separados do real pelos mesmos meios que nos permitem percebê-lo e compreendê-lo?*** Como iríamos conhecê-lo absolutamente? Somente há conhecimento para um sujeito. Como poderia o conhecimento, inclusive o científico, ser perfeitamente objetivo?

Conhecimento e verdade são, pois, dois conceitos muito diferentes. Mas estão relacionados. Nenhum conhecimento é a verdade; mas um conhecimento que nada tivesse a ver com a verdade já não seria conhecimento algum (seria delírio, erro, uma ilusão...). Nenhum conhecimento é absoluto; mas só é conhecimento – e não meramente crença ou opinião – em virtude da parte de absoluto que comporta ou permite.

Consideremos, por exemplo, o movimento da Terra em torno do Sol. Ninguém pode conhecê-lo absolutamente, totalmente, perfeitamente. Mas sabemos que esse movimento existe, e que é um movimento de rotação. As teorias de Copérnico e de Newton, mesmo que relativas (pois se tratam de teorias), são mais verdadeiras e mais certas – e portanto mais absolutas – que as de Hiparco e Ptolomeu. E, paralelamente, a Teoria da relatividade é mais absoluta (e não mais relativa, como se acredita por causa de seu nome) que a mecânica celeste do século XVIII, a qual ela (a Teoria da relatividade) explica, e não o contrário. **O fato de que todo conhecimento seja relativo não significa que todos os saberes não sejam válidos.** (...)

As teorias que passam por este tipo de provas substituem as que não conseguem tal proeza, integrando as teorias mais antigas e superando-as. (...) Nesse sentido, uma teoria científica sempre é parcial, provisória, relativa. Embora não possamos rebater todas, nem preferir a ignorância ou a superstição – pois isso seria renunciar o conhecer. O progresso das ciências, tão espetacular, tão indiscutível, confirma tanto a relatividade das ciências (uma ciência absoluta não poderia progredir) como sua verdade ao menos parcial (se em nossas ciências não houvesse nada verdadeiro, tão pouco poderíamos progredir ou não seriam ciência).

Apesar de tudo, temos de evitar confundir conhecimento e ciência, ou reduzir aquele a esta. Você conhece seu endereço, sua data de nascimento, seus vizinhos, seus amigos, seus gostos, milhares de coisas que nenhuma ciência lhe ensina ou garante. A percepção já é um saber, a experiência já é um saber (...), sem a qual a ciência não seria possível. A expressão “verdade científica” não é pois uma repetição: há verdades não científicas, e teorias científicas que

um dia se revelarão não verdadeiras. Imagina, por exemplo, que você deve testemunhar num tribunal... Lá não lhe pedem para que você demonstre cientificamente tal ou qual ponto, pedem-lhe apenas que diga o que você acredita, ou melhor, o que você sabe. Você pode se enganar? É claro que sim! Por isso é desejável (nos julgamentos) contar com uma pluralidade de testemunhas. Mas essa mesma pluralidade só tem sentido se existir a suposição de uma verdade; caso contrário, não haveria justiça. Se não tivéssemos acesso algum à verdade, ou se esta não existisse, que diferença haveria entre um inocente e um culpado? Entre um testemunho e uma calúnia? Entre a justiça e um erro judicial? E por que teríamos de combater os mentirosos, os obscurantistas, os enganadores?

(...) Denomina-se certeza aquilo de que não se pode duvidar. Mas o que prova esta impossibilidade? Durante milênios os homens estiveram certíssimos de que a Terra era imóvel, e nem por isso ela deixou de se mover... Uma certeza seria um conhecimento demonstrado. Mas nossas demonstrações só são confiáveis se nossa razão o é. E como provar que ela o é se a prova acontece por meio dela? "Para julgar as aparências que recebemos dos objetos – escreve Montaigne – precisaríamos de um instrumento de juízo; para verificar este instrumento, precisaríamos de uma demonstração; para verificar esta demonstração, um instrumento; e assim entramos num círculo." É o círculo do conhecimento, que proíbe este de ser absoluto. Podemos dele sair? Só poderíamos fazê-lo por meio da razão ou da experiência; mas nem um nem outra nos permite: a experiência, porque depende dos sentidos; a razão, porque depende dela mesma. "Uma vez que os sentidos, cheios de incertezas, não podem resolver nossa disputa – continua Montaigne – é necessário que haja a razão; mas nenhuma razão poderá se estabelecer sem outra razão; e assim retrocedemos até o infinito." Nossa única escolha é o círculo ou a regressão ao infinito; o que equivale a dizer que não temos escolha: o que torna possível o conhecimento (os sentidos, a razão, o juízo) proíbe elegê-lo como certeza.

(...) Do que devemos concluir, com rigor, que a mais sólida das certezas não prova nada: não há provas absolutamente conclusivas.

(...) Se não houvesse nada verdadeiro, o que seria de nossa razão? Como poderíamos discutir, argumentar, conhecer? "Cada qual tem a sua verdade?" Se assim fosse não haveria verdade alguma, pois esta só é válida se universal. É possível, por exemplo, que talvez só você saiba que está lendo este texto neste momento. Mas isso é universalmente verdadeiro; ninguém pode negá-lo, em nenhuma parte do mundo, em nenhuma época, sem ser um ignorante ou um mentiroso. Nesse sentido, como dizia Alain, "o universal é o lugar do pensamento", fato que nos faz a todos iguais, pelo menos de direito, diante do verdadeiro. A verdade não pertence a ninguém; por isso pertence por direito a todos. A verdade não obedece; por isso é livre e libertadora. (...)

Comte-Sponville, André. El conocimiento. In ***Invitación a la Filosofía***, Buenos Aires: Paidós, 2004. Tradução e adaptação: Jarbas Novelino Barato, 2007. (Texto adaptado para esta avaliação.)